

APONTAMENTOS PARA UMA DIALÉTICA DO TERRITÓRIO: A TRANSFERÊNCIA GEOGRÁFICA DE VALOR

NOTES FOR A TERRITORIAL DIALECTIC: GEOGRAPHIC TRANSFER OF VALUE

Juan Anderson Peña¹

Debora Julia Alves²

Alejandro Martinez Garcia³

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo refletir sobre os processos socioespaciais e históricos da transferência geográfica de valor segundo a teoria do valor de Marx. A transferência geográfica de valor é entendida aqui enquanto unidade dialética que opera como mecanismo de apropriação do espaço geográfico. Deste modo, a dialética do território constitui-se como uma proposta analítica para apreensão da realidade concreta formulada a partir da identificação das determinações históricas. Para tanto, lança-se mão da pesquisa bibliográfica apoiada na teoria da dependência de Ruy Mauro Marini, como meio de se estabelecer uma análise crítica sobre os processos decorrentes da desigual produtividade dos distintos territórios, o que, por sua vez, evidencia a centralidade do território enquanto categoria geográfica que nos permite apreender o cerne da questão da apropriação do espaço geográfico.

PALAVRAS-CHAVE: Dialética. Território. Transferência geográfica de valor.

ABSTRACT: The present article aims to ponder on the socio-spatial and historical processes of the geographical transfer of value according to Marx's theory of value. The geographical transfer of value is understood here as a dialectical unit that operates as a mechanism of appropriation of the geographical space. In this way, This way, the dialectic of the territory is constituted as an analytical proposal for the apprehension of the concrete reality formulated from the identification of the historical determinations. For this, bibliographic research is taken as a means to establish a critical analysis on the theory of dependency of Rui Mauro Marini, which helped us to identify the processes of unequal productivity of the different territories. Which, in turn, shows the centrality of the territory with a geographical category that allows us to understand what concerns the question of the appropriation of geographical space.

KEYWORDS: Dialectic. Territory. Geographic transfer of value.

¹ Universidade Federal de Viçosa. E-mail: juan.pena@ufv.br.

² E-mail: deborajjrodrigues@gmail.com.

³ E-mail: alejandromusgonia@gmail.com.

INTRODUÇÃO

“Isto significa que na Alemanha se começa por onde terminam a França e a Inglaterra”
(MARX, 1843, p. 4).

O presente artigo constitui uma busca inédita de interpretação do real, entendendo o real como o concreto no plano das determinações históricas, sociais e geográficas, além das razões fenomênicas e deterministas como as que promove a literatura pós-moderna e os neologismos da economia burguesa, impressos nos manuais dos organismos internacionais como Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, a Organização Mundial do Trabalho (OMT), Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), entre outros.

Partimos do pressuposto de que a ideologia burguesa promove nos países do globo, através da transferência geográfica de valor, determinações concretas que conformam processos de dependência em múltiplas escalas. A partir desta perspectiva crítica é que procuramos consolidar uma Dialética do Território, por meio do método materialista histórico e dialético, que contribui em alguma medida para o avanço na compreensão da dependência latino-americana. Neste sentido, procuramos compreender as distintas determinações da concorrência capitalista, desde a categoria totalidade, fazendo uma revisão bibliográfica e uma análise crítica do conceito de desenvolvimento geográfico desigual, da teoria de valor de Marx e das teorias de imperialismo, tanto clássicas como contemporâneas, as quais capturam como os Capitais Internacionais se apropriam do mais-valor produzido nos territórios menos produtivos.

É com o apoio da Teoria da Dependência de Marini (2005), na qual o autor evidencia quais são as determinações históricas que possibilitam a execução da submissão da classe trabalhadora, dos povos e seus distintos territórios, a uma constante transferência de valor. Outrossim, por meio da teoria da concorrência de Marx (2017c), especificamente a que é exposta no livro III de “O Capital”, que podemos chegar a entender o que é a categoria transferência de valor e como se dá em essência a apropriação do mais-valor produzido nos territórios.

A Dialética Territorial é então uma ferramenta teórica que permite evidenciar os tensionamentos entre as formas geográficas subjacentes: da exportação de capitais, do fenômeno das migrações, da divisão técnica e internacional do trabalho, da troca desigual,

do mais-valor extraordinário, da equalização da taxa média ou geral de lucro e da transferência de valor entre capitais distintos. Entendemos que estes fenômenos e categorias não são disjuntos e que a categoria geográfica território é a relação social que dá conta destes e suas contradições internas.

Apoiamo-nos em dois exemplos hipotéticos, que serão recolhidos em duas tabelas para poder explicar a transferência de valor, categoria fundamental para entender a concorrência capitalista⁴. Desta maneira, as categorias como taxa de mais-valor e composição orgânica de capital, que serão também representadas em fórmula matemática, nos auxiliaram para compreender melhor como se conforma a Taxa Média de Lucro, categoria que mostra o processo de distribuição do mais-valor total produzido no globo entre capitais individuais.

A geografia assegura-se como a ciência capaz de estabelecer a relação entre as determinações sob as quais o capital se reproduz, mostrando-nos o caminho para a compreensão dos fatos nas relações capitalistas entre países. O conceito de desenvolvimento que se sustenta sem a viragem analítica desde o Sul e que não identifica de maneira crítica as distintas formas contemporâneas de subsunção real do trabalho ao capital é, portanto, o obstáculo epistemológico que não permite superar a condição de dependência. A tarefa, então, está em realizar uma análise geográfica crítica, que vire o jogo das categorias empregadas na leitura da realidade que favorecem a expansão do capitalismo.

DETERMINAÇÕES HISTÓRICAS

O autor Rui Mauro Marini, nascido em 1932, no município de Barbacena (MG), faz um apontamento já no início de sua obra “A dialética da dependência” (1973), chamado-nos a ter em conta um fato, que diferencia sua abordagem das outras propostas teóricas sobre a Dependência⁵, inclusive de teorias do imperialismo e daquelas que tratam

⁴ Tais tabelas são fruto da inspiração da palestra proferida pelo Prof. Dr. Marcelo Dias Carcanholo no Curso Livre Marx – Engels 2017. CARNANHOLO, M. D. Teoria de Valor *In*. Org. CARNANHOLO, M. D *Curso livre de Marx - Engels 2017*. Niterói: Canal NIEP-Marx, 27 jun. 2017, Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=w83XfkukW38>

⁵ As teorias desenvolvidas pela Cepal ainda hoje, produzem eco no pensamento social brasileiro e latino-americano. Dentre os pontos principais mobilizados por essa organização, e aqui os abordamos bastante genericamente, estão o de que o subdesenvolvimento (ou a dependência) existe na medida em que, há pouco progresso técnico e industrial e também pouca diversificação na economia, isso levaria a uma condição de

da vinculação de América Latina ao mercado mundial. Marini distingue-se por sua originalidade ao resgatar a obra de Marx e elaborar com simplicidade a partir dela uma teoria da dependência. Sua distância das outras abordagens é ilustrada pela seguinte afirmativa: “A consequência necessária deste procedimento é o ecletismo, a falta de rigor conceitual e metodológico, e um pretendido enriquecimento do marxismo que é bem mais sua negação” (MARINI, 1973, p. 108, tradução nossa). Desta maneira, podemos ver como Marini concebe de maneira crítica o que se denominou-se tempos depois de virada pós-moderna sobre toda a ciência e que permeou também o marxismo.

Faz-se necessário elucidar que o método e a categoria analítica em que se inscreve a dialética da dependência é a totalidade, a qual tem um caráter histórico-materialista e isso é perceptível em toda sua obra, uma vez que o autor captura algumas determinações sócio-históricas de América Latina. Tais determinações levam-no a uma concepção distinta ao tipo de entendimento predominante da época sobre o desenvolvimento que o colonialismo gerou, ou seja, um “subdesenvolvimento” nestes domínios geográficos determinados. Problematizando a condição “pré-capitalista” apontada por outros autores como Gunder Frank (1978) e Mandel (1982), e evidenciando que neste período a “colonização” está num patamar particular sem perder o caráter espacial, sobretudo em sua escala global.

Em sua obra, Marini vai apresentar esta distinção ou destacar a América Latina como “um capitalismo *sui generis*” (1973, p. 108, tradução nossa), que só se pode conceber a partir da “perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto a nível nacional como, e principalmente, a nível internacional” (Idem, p. 108, tradução nossa).

Damo-nos conta então de como o nacional tem uma incidência espacial (escalar global) direta, logo, ao ter este caráter em seu pensamento, o autor denomina que a forma em que se apresentam as forças produtivas na América Latina são na condição de um capitalismo dependente. Este será seu problema, o qual permite entender a emergência do mesmo e sua tendência, esboçando de maneira analítica as contradições que ainda hoje são perceptíveis em nossa configuração socioespacial (MARINI, 1978).

deterioração dos meios de troca, que acabaria por resultar numa transferência de riqueza. A teoria mobilizada pela Cepal não é de todo equivocada, no entanto, parte do princípio de que há pouco capitalismo e por isso, há subdesenvolvimento, noção que Marini contesta e nós concordamos. Para ver mais sobre as políticas da Cepal: Colistete (2001).

É no século XVI que a colonização/apropriação de novos domínios geográficos e sua constituição territorial se dá em uma expansão geométrica, a partir das relações comerciais de um capitalismo em constituição.

Uma vez que a América Latina passa a ser uma das maiores produtoras de metais preciosos e (ou) exóticos, como o ouro, extraído de Ouro Preto (MG), os diamantes em Diamantina (MG), entre outros minérios em toda América Latina. Isso cria uma especialização e configuram-se novos meios de pagamento, confirmados na contínua troca de mercadorias entre Inglaterra e América Latina, demarcando a senda para o desenvolvimento e sustentação histórica do capital comercial e bancário na Europa. Como desdobramento deste processo, Marini (1973, p. 110, tradução nossa) afirma que, “apoiaram o sistema manufatureiro europeu e forneceram o caminho para a criação da grande indústria”.

Já nesta parte da obra, pode-se perceber o processo de divisão técnica internacional do trabalho que circunscreve a América Latina, sendo que, a posteriori ao fluxo de mercadorias se dá a exportação de capitais, gerando uma articulação dos distintos territórios ou países latino-americanos com a técnica gerida na Inglaterra. Este tipo de articulação carrega as determinações históricas, sociais e geográficas que fazem da região (América Latina) a menos produtiva e, assim, que se desenvolva em condições de dependência.

Uma das advertências ou indicações que nos deixa Marini, com respeito ao caráter de dependência, é que “o fruto da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida”(Idem, p.111, tradução nossa), a qual já passa a vislumbrar os próximos passos do autor, que serão como se dá e como ele vai entender, de maneira geral e principalmente a partir de Marx, as relações de produção e circulação na condição de dependência.

A TRANSFERÊNCIA DE VALOR: LIVRO III DE “O CAPITAL”

América Latina é o grande bastião para a formação de uma economia mundial, embora seja, segundo Marini, em meados do século XIX que “sua articulação com essa economia mundial se realiza plenamente” (MARINI, 1973, p. 112, tradução nossa).

A migração de força de trabalho da zona rural para as cidades, na Europa, é incentivada pelas mercadorias “de origem agropecuária”, em grandes quantidades, a baixo custo, proporcionadas pelos novos territórios. Este excesso de força de trabalho é então alocado na indústria e no setor de serviços, criando uma exacerbação das forças produtivas que desemboca numa alta capacidade produtiva e na criação da grande indústria.

Com este aumento da produtividade na Europa, seus países passarão então a ter as economias mais produtivas, e Marini afirma que a América Latina, ao fazer parte da economia mundial, faz com que “o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa” (Idem, p. 113, tradução nossa). Essa mudança tem repercussões diretas no tipo de produção latino-americana, Marini assinala da seguinte maneira: “dar-se-á fundamentalmente com base em uma maior exploração do trabalhador.” (Idem, p. 114, tradução nossa), o qual será seu objeto de estudo, que não só permitirá explicar a forma específica que gera a condição de dependência da América Latina, mas também como um indicador da mesma condição. Desta maneira, o tipo de desenvolvimento da produção latino-americana e sua forma de “integração ao mercado mundial” facilita a metamorfose das economias nos países europeus para que se posicionem como economias centrais (MARINI, 1973).

Como dissemos anteriormente, o incremento da produtividade das economias centrais produzido pelo deslocamento do eixo da produção do mais-valor absoluto ao mais-valor relativo, faz com que exista uma “desvalorização real da força de trabalho” (MARINI, 1973, p. 115, tradução nossa). Maior produtividade significa dizer que o trabalhador no mesmo tempo de trabalho, empregado numa produção focada na extração de mais-valor absoluto, comparada àquela produção na qual seu eixo é focado na extração de mais-valor relativo, cuja força de trabalho é empregada nesta última, estaria, portanto, criando maior quantidade de produtos ou mercadorias num mesmo tempo.

“Ao aumentar a produtividade, o trabalhador só cria mais produtos no mesmo tempo, mas não mais valor; é justamente esse fato o que leva o capitalista individual a procurar o aumento de produtividade, já que isso permite reduzir o valor individual de sua mercadoria, em relação ao valor que as condições gerais de produção lhe atribuem, obtendo assim uma mais-valia superior à de seus competidores — ou seja, uma mais-valia extraordinária” (MARINI, 1973, p. 115, tradução nossa).

É necessário fazer uma anotação histórica neste momento, pois Emmanuel (1990) e Mandel (1982), dois teóricos marxistas contemporâneos de Marini, levantam a tese da Troca Desigual, onde entendem esta última a partir de concepções muito diferentes das dele e também sobre a teoria de valor de Marx (2017c).

A dialética da dependência posiciona-se de maneira mais “original” sobre a teoria de valor que Marx propõe na sua obra “O capital” (MARX, 2017a,b,c), especificamente no livro III, referente ao processo de transferência de valor e a concorrência como catalizadora da mesma; podemos entender o “mais-valor extraordinário”⁶, como uma transferência de valor, só que num mesmo setor, ramo ou capital.

Marx ensina que o mais-valor tem uma forma de se apresentar no mundo e é sua taxa: “A taxa de mais-valor é, assim, a expressão exata do grau de exploração da força de trabalho pelo capital ou do trabalhador pelo capitalista” (MARX, 2017a, p. 294), e uma representação à maneira de fórmula, seria:

$$\frac{\text{mais-valor}}{\text{capital variavel}} = \frac{m}{v}$$

Essa taxa varia se existe maior ou menor exploração, ou seja, uma variação dessa taxa se dá, por exemplo, quando diminuimos o tempo de trabalho necessário vis-à-vis, aumentando o tempo de trabalho excedente, dada a jornada de trabalho. Por outro lado, o método anterior está no contexto de uma exploração com base a uma extração de mais-valor relativo, o mais-valor extraordinário só é uma redistribuição do mais-valor, ou lucro, entre capitalistas do mesmo ramo de produção, com ou sem modificação da taxa de mais-valor. Em outras palavras, as mercadorias produzidas a mais, por uma maior produtividade, contêm menor quantum de valor que as mercadorias feitas por uma produtividade inferior.

O desdobramento mais que lógico, formal, ou seja, social, do processo descrito anteriormente é que as mercadorias produzidas com uma produtividade maior perdem valor, o que se traduz em preços mais baixos das mesmas e isso é o que obriga o capitalista individual a aumentar sua produtividade ainda mais, fazendo com que seu investimento

⁶ Adotaremos aqui *plusvalia* por *mais-valor*, idêntica a tradução feita por Rubens Enderle, de “O capital” escrito em alemão ao português da editorial Boitempo.

de capital seja dirigido ao capital constante, para assim poder obter uma maior produtividade e garantir o tão desejado mais-valor extraordinário ou lucro extraordinário. Em outras palavras, é a concorrência entre capitais que obriga os capitalistas a buscar o rebaixamento do preço das mercadorias.

A produtividade também é associada a uma representação à maneira de fórmula, sendo a composição orgânica de capital a categoria que Marx vai empregar, a qual também se apresenta em forma de taxa. Sua representação matemática é a proporção ou razão dada entre a porcentagem de capital constante sobre o capital variável, investido respectivamente.

$$\frac{\textit{capital constante}}{\textit{capital variavel}} = \frac{c}{v}$$

Com esta categoria, vamos dizer que certo capital é mais produtivo quanto maior for sua composição orgânica de capital e, por outro lado, quanto menor for sua composição orgânica de capital, menos produtivo será esse capital. A variação dessa taxa se dá no tipo de distribuição do capital investido: vamos ter menor composição orgânica quando temos maior porcentagem de capital investido no capital variável e uma composição orgânica de capital alta quando temos maior porcentagem de capital investido no capital constante.

Esta distribuição entre capitalistas se dá de maneira muito específica e, para ilustrar a forma de mais-valor extraordinário, utilizaremos o seguinte exemplo hipotético: temos três capitais que produzem as mesmas mercadorias, com um capital de 100 unidades para cada um, com composições orgânicas de capital distintas e uma taxa de mais-valor igual a 100%, ou seja, a mesma quantidade de horas para o trabalho necessário como para o trabalho excedente, para todos os três. Se temos composições orgânicas distintas, temos, então, produtividades distintas, isso significa dizer que as horas de produção de uma mercadoria em cada um dos capitais tem tempos distintos de produção, fazendo com que os valores individuais das mercadorias sejam literalmente distintos.

Tabela 1: Concorrência num mesmo setor que produz a mesma mercadoria específica (dados em horas trabalho).

Setor	Capitais $C + V$	Quantidade produzida	Tempo de produção (horas)	Valor individual (horas)	Taxa de mais- valor (100%)	Preço de produção (horas)	Transferência de valor (horas)
B_1	$60c + 40v =$ 100	1	4	4	40%	6	+2
B_2	$50c + 50v =$ 100	1	6	6	50%	6	+/-0
B_3	$40c + 60v =$ 100	1	8	8	60%	6	-2
Total	$150c +$ $150v = 300$	3	18	18	180%	18	2

Fonte: o autor, 2021.

Tanto o valor individual das mercadorias como o preço de produção estão dados em horas trabalho, mas temos aqui uma dissonância na tabela, porque os valores individuais confrontados com o preço de produção são diferentes. Este fenômeno se dá em termos de que as mercadorias produzidas num mesmo setor têm o mesmo tempo socialmente necessário, logo, ao se fazer uma soma dos diferentes valores individuais e serem divididos na quantidade ou número de mercadorias totais produzidas, temos que seis horas é o valor em média, ou seja, horas trabalho para ser produzida essa mercadoria pelo setor B_i , com i variando em 1, 2, 3 (setor segundo a tabela), aqui podemos ver uma determinação, preços de produção, com que a concorrência está sendo pautada.

Além disso, na coluna de mais-valor temos uma taxa de mais-valor de 100% (m/v) para cada um dos setores do exemplo. É possível ainda obter um lucro razoável para cada um deles ao serem vendidas as mercadorias por seus valores individuais, entretanto, o preço de produção, que é de 6 horas, ao ser distinto dos valores individuais é igual para todos; o mais-valor produzido pelo setor B_3 que investiu mais em capital variável, ou seja, este capital é o de menor composição orgânica, é o menos produtivo, perdeu 2 horas de valor ao ser vendida sua mercadoria a 6 horas.

Certamente este setor, B_3 , é o que cria maior valor nas mercadorias produzidas, e como podemos ver na tabela, essas 2 horas que perdeu foram transferidas para o setor B_1 , no momento de serem vendidas as mercadorias pelos preços de produção, 6 horas. Este procedimento mostra também como se transformam os valores das mercadorias em

preços de produção. A metamorfose de valores a preços de produção das mercadorias se dá por meio da criação de uma média nos valores das mercadorias produzidas, que são logo confirmadas socialmente. Nesta medida, o mais-valor se redistribui ou se equaliza por meio de um mecanismo que Marx (2007a) chamou de transferência de valor ou valor extraordinário.

Por outro lado, temos que o movimento que pode ser feito pelo capitalista individual que está perdendo valor por meio do mais-valor extraordinário, pautada no exemplo anterior, é modificar a taxa de mais valor. Marini (1973, p. 116, tradução nossa) o identifica da seguinte maneira: “Só a alteração dessa proporção, em um sentido favorável ao capitalista, ou seja, mediante o aumento do trabalho excedente sobre o necessário, pode modificar a taxa de mais-valia”. Essa modificação implica um grau de exploração da força de trabalho além da exercida em condições de equalização de produtividade no setor.

Ao modificar a taxa de mais-valor, o capitalista individual concebe o mais-valor “novo” produzido como uma compensação pelo valor perdido na transferência de valor, portanto, é “uma modalidade de aumento do mais-valor, aquela que se origina de uma redução do salário que não corresponde a uma diminuição real do tempo de trabalho necessário” (MARINI, 1977. p. 148, tradução nossa); temos que lembrar que o mais-valor é o tempo de trabalho não pago em que o trabalhador dispensa, sua força na produção de bens e (ou) produtos, pois o tempo de trabalho pago é muito menor do que a jornada de trabalho (8 horas), pois esse tempo pago é o “necessário” para sua reprodução.

Desse modo, ao variar a taxa de mais-valor, o que está variando unicamente é o o tempo de trabalho necessário, logo, para que aumente de maneira positiva para o capitalista, o mais-valor reduz o preço da força de trabalho do trabalhador, que é igual à redução do salário, que é igual à redução do tempo de trabalho necessário, ou seja, a ampliação do tempo de trabalho excedente, embora, para Marini deixando constante o tempo de trabalho necessário. Este “movimento” Marini (2005) chamou de superexploração da força de trabalho. Constata-se que o salário realmente fica abaixo do valor da força de trabalho, mas não se trata de aumento da exploração (portanto, da superexploração); não se trata nem de mais-valor absoluto, nem relativo, este fenômeno existe e é pertinente à esfera da circulação.

Em suma, temos que este movimento que faz o capitalista menos produtivo é intensificar a força de trabalho do trabalhador, que é quem “se contrapõe realmente às desvantagens resultantes de uma menor produtividade do trabalho, já que permite a criação de mais valor no mesmo tempo de trabalho” (MARINI, 1973, p. 123, tradução nossa), contudo, o capitalista individual, o que não sabe é que mesmo “compensando” o valor transferido ao capital mais produtivo, explorando a força de trabalho no ciclo anterior, ou seja, modificando a taxa de mais-valor, a produção em condições de dependência, a massa de mais-valor produzido, será também transferida.

Uma generalização teórica do exemplo anterior é proposta por Marx e tida em conta por Marini. Podemos entender o mais-valor extraordinário como o expediente necessário para entender como os valores das mercadorias se transformam em preços de produção, entendendo que esta metamorfose tem como mecanismo a transferência de valor e que este processo adquire novas determinações quando tratamos com ramos de produção distintos, o que nos permitiria entender como se transformam os preços de produção em preços de mercado, assim, estes últimos são efetivados ao se criar uma taxa média de lucro que direciona o atuar do capital, entre oferta e demanda.

A melhor forma de entender a relação de concorrência de capitais do mesmo ramo e entre ramos distintos está em compreender a concorrência como o motor da produtividade. Como a concorrência é feroz, os donos de capitais com produtividade menor se esforçam por implementar os aperfeiçoamentos técnicos que possuem seus concorrentes, que geralmente têm capitais tecnicamente mais desenvolvidos. Por um lado, temos, assim, um reajuste em média das condições de produção no ramo considerado e, conseqüentemente, por outro lado, a redução do preço de produção das mercadorias.

Como já vimos no exemplo anterior, a implementação de novos elementos técnicos na produção de mercadorias traz de maneira implícita a elevação da composição orgânica do capital para todo o ramo em seu conjunto, ou seja, uma diminuição nos valores dos meios de produção. Portanto, este processo de aperfeiçoamento da produtividade está sendo dado em todos os ramos de produção, logo, é evidente que os preços de produção das mercadorias tendem a cair de maneira geral, fazendo com que a concorrência seja mais aguda. Essa concorrência se acirra mais porque a margem de lucro

ou taxa de lucro também cai, fazendo com que o mais-valor produzido na totalidade seja cada vez menor em cada um dos ramos de produção.

A concorrência entre capitais de ramos distintos de produção de mercadorias, que investem seu capital em busca de um maior lucro, possuem composições orgânicas diversas. Uma taxa de lucro maior significa uma taxa de mais-valor maior, inclusive, maior a taxa de lucro (mecanismo de compensação). Com uma taxa de lucro caindo para cada um dos ramos de produção como consequência dos aperfeiçoamentos técnicos, a concorrência vai se acirrando cada vez mais, isto é, introduzindo componentes técnicos e tecnológicos cada vez mais elaborados, logo, composições orgânicas cada vez mais altas em todos os ramos, evidentemente de maneira desigual e combinada.

Portanto, a concorrência tem como único fim apropriar-se do mais-valor produzido por aqueles capitais como menor composição orgânica, porém, todos os capitais dos distintos ramos, introduzindo melhoras técnicas na produção. Como vimos, o mais-valor extraordinário é o mecanismo que cria os preços de produção, que é uma média dos valores individuais das mercadorias produzidas por capitais com produtividades distintas/desiguais e que se concretiza na venda efetiva e compra das mercadorias.

Agora, como a concorrência é entre capitais de diferentes setores ou de ramos distintos de produção de mercadorias, o mecanismo utilizado para uma redistribuição do mais-valor total produzido é a criação ou conformação de uma taxa média de lucro, que transforma os preços de produção em preços de mercado através da interação entre a oferta e a demanda por essas mercadorias. Tal como o funcionamento da criação de uma média de valores individuais que transformam os valores das mercadorias em preços de produção como no exemplo anterior. No entanto, a criação dos preços de mercado, fazem com que capitais de diferentes ramos de produção com maior composição orgânica de capital se apropriem de um mais-valor ou lucro não produzidos por eles e sim pelos capitais menos produtivos.

Para explicar melhor o processo anterior, preparamos o seguinte exemplo: Temos três capitais que produzem mercadorias distintas, com um capital de 100 unidades para cada um, com composições orgânicas de capital também distintas. O primeiro com 60 unidades de capital constante e 40 de capital variável, o segundo com uma distribuição de 50 de capital constante e 50 de capital variável, o terceiro com um investimento de

capital de 40 unidades de capital constante e 60 unidades de capital variável, todos os três com uma taxa de mais-valor igual a 100%. Portanto, no primeiro setor serão produzidas 40 unidades de mais-valor, no segundo setor 50 e no terceiro setor 60 unidades, logo, o valor das mercadorias, no primeiro setor, será igual a 140, no segundo 150 e no terceiro 160, nos três setores em conjunto, seria de 450.

Se as mercadorias fossem vendidas por seus valores, no primeiro setor a taxa de lucro é de 40% ($[\frac{40}{100}] * 100$), no segundo, 50% ($[\frac{50}{100}] * 100$) e no terceiro setor será de 60% ($[\frac{60}{100}] * 100$). Essa distribuição dos lucros é notoriamente vantajosa para os capitalistas do terceiro setor, o menos produtivo, porém, desvantajosa para os capitalistas do primeiro setor, o mais produtivo. É aqui onde se cria uma equalização da taxa de lucro, a qual vai redistribuir este lucro de maneira favorável ao capitalista do setor mais produtivo; esta equalização tem a seguinte representação em fórmula:

$$\frac{40\%+50\%+60\%}{3} = \frac{150\%}{3} = 50\%$$

O lucro médio de cada ramo, nestas condições, será igual a 50% para todos. O lucro médio é o lucro igual que corresponde a capitais de uma mesma grandeza (100 unidades), que foram investidos em diferentes ramos da produção. Nessa perspectiva, este dado permite direcionar a produção, tendo implicações imediatas na interação da oferta e da demanda pelas mercadorias produzidas, colocando os preços de mercado em concordância com lucro médio.

Portanto, a formação da taxa média de lucro entre os capitais, faz com que o capital do terceiro setor se prive de uma parte do mais-valor criado pelos trabalhadores desse setor. Por outro lado, temos que o capitalista do primeiro setor realiza um excedente de mais-valor. Isso significa dizer que o capitalista do terceiro setor vende suas mercadorias por um preço abaixo do seu valor, enquanto os do primeiro setor as vendem por um preço que superam seu valor. O preço da mercadoria vendida por cada ramo de produção compõe-se pelo capital investido (100 unidades) mais o lucro médio (50%).

Logo, o processo de formação da taxa média de lucro está gerando uma transferência de valor gratuita do setor menos produtivo para o setor mais produtivo, o exemplo anterior, pode ser representado na seguinte tabela:

Tabela 2: Concorrência entre capitais que produzem mercadorias distintas (em unidades monetárias).

Setor	Capitais	C/V	Taxa mais-valor (100% c/u)	Valor individual	Taxa média de lucro	Preço de Mercado	Transferência de valor
A	$60c + 40v = 100$	60/40	40%	140	50%	150	-10
B	$50c + 50v = 100$	50/50	50%	150	50%	150	+/- 0
C	$40c + 60v = 100$	40/60	60%	160	50%	150	+10
Total	$150c + 150v = 300$		150%	450	150%	450	

Fonte: o autor, 2021

Esses dois exemplos explicados anteriormente mostram o que Marini denominou como “o segredo do intercâmbio desigual” (MARINI, 1973, p. 115, tradução nossa). Passaremos a entender como se dá este processo de transferência de valor através de suas determinações geográficas, entre os territórios latino-americano e europeu. Vemos que a colonização da América Latina foi um movimento bastante significativo para as economias centrais, quando em 1848 esse território se articula plenamente a economia mundial e as economias centrais localizadas em Europa, incrementam o nível de mais-valor relativo, sua produtividade dispara, porém, América latina fica num patamar de produtividade bastante baixo.

TRANSFERÊNCIA GEOGRÁFICA DE VALOR

Como vimos nos exemplos anteriores, um nível de produtividade baixo significa dizer que sua composição orgânica de capital é baixa, em outras palavras, seu capital está direcionado em maior peso sobre o capital variável. Entretanto, esta não é uma escolha dos capitalistas latino-americanos, esta é uma determinação geográfica sob o território, logo, as mercadorias produzidas para o mercado mundial por este território produtivamente baixo têm um alto valor, de tal maneira que ao serem vendidas se transfira valores para os territórios mais produtivos, pois os preços de mercado são suficientemente baixos para que se produza uma transferência geográfica de valor.

O fenômeno mundial da exportação de capitais das economias centrais direcionados a territórios com baixa composição orgânica de capital, foi descrito por Hilferding (1985) e também por Lenin (2008), o qual é produzido pela concorrência (concentração e centralização de capitais) e este fenômeno é quem cria uma equalização na taxa média de lucro, tal como vimos no exemplo anterior.

Leite (2016, p. 85) levanta o seguinte teorema: “A formação da taxa geral de lucro mundial só pode ser operada em termos aproximados se, e somente se, considerarmos a possibilidade de migração entre capitais de distintas nacionalidades”. Esta chegada de capitais estrangeiros aos territórios menos produtivos implica uma maior produtividade nos territórios com baixa composição orgânica de capital, “Sempre que implique, ainda que seja em termos relativos, uma elevação simultânea do valor do capital constante empregado para produzi-la - uma queda da taxa de lucro” (MARINI, 1973. p. 118, tradução nossa).

Marini se refere a uma queda na taxa de lucro, que foi como o denominou Marx (2017c) no livro III. Essa queda é produzida nos territórios menos produtivos da América Latina, mas é sabido que estes capitais que chegam são de uma etapa anterior ao processo de desenvolvimento das forças produtivas dos territórios onde suas economias são centrais, perpetuando a condição de dependência em que está circunscrita a economia latino-americana.

Portanto, os territórios em condição de dependência buscam incrementar a cota de mais-valor, “se orientam tanto no sentido de incrementar ainda mais a mais-valia, no intuito de compensar a queda da taxa de lucro, quanto no sentido de induzir uma baixa paralela no valor do capital constante, com o propósito de impedir que o declínio tenha lugar” (MARINI, 1973, p. 118, tradução nossa). Tanto o processo de transferência de valor entre setores ou territórios distintos com produtividades diferenciadas como num mesmo território ocultam a relação que a categoria território coloca em evidência, a de uma apropriação e (ou) expropriação do espaço geográfico por parte dos territórios mais produtivos que se manifesta como “exploração capitalista internacional” (Idem, p. 120, tradução nossa).

Um entendimento equivocado deste caráter geográfico é o que “conduz a reivindicar relações comerciais equitativas entre as nações” (Idem, p. 120, tradução nossa), a única maneira de compensar esta transferência geográfica de valor é disputando

o tipo de apropriação do espaço geográfico dos que historicamente o vêm expropriando, seja qual for sua nacionalidade, inclusive o próprio estado. Marini (1973, p. 120, tradução nossa) dirá da seguinte maneira: “quando se trata de suprimir as relações econômicas internacionais que se baseiam no valor de troca”, não estamos aludindo a uma visão nacionalista, nem a uma postura nacional, mas a este processo de transferência geográfica de valor que se dá em todo o globo, inclusive entre territórios onde suas economias industriais têm diferenças mínimas de produtividade.

Podemos verificar que este fenômeno é o que submete toda a classe trabalhadora “ao império do capital” (WOOD, 2014, p. 1), porque “o uso da força para submeter a massa trabalhadora ao império do capital diminui à medida em que começam a jogar mecanismos econômicos que consagram essa subordinação.” (MARINI, 1973, p. 120, tradução nossa).

Desta maneira, podemos identificar alguns fatores gerais que compõem a dialética do território, dentre eles temos a exportação de capitais que se dá em todo o globo, a diferenciação de produtividades entre territórios (alta versus baixa), a equalização da taxa média ou geral de lucro, as composições orgânicas de capital em cada território, as transformações técnicas e tecnológicas como mecanismos de compensação e a Transferência Geográfica de Valor como a linha que permite evidenciar a articulação de todos estes.

Portanto, temos que dizer que a categoria território se entende como uma relação social que carrega todos estes fatores, como a forma de apropriação do espaço geográfico e que a Transferência Geográfica de Valor é a outra categoria que permite evidenciar as características, determinações históricas, sociais e geográficas do tipo de apropriação existente, que se dá seja por fatores extraeconômicos ou econômicos diretamente. Sendo assim, podemos dizer que a Transferência Geográfica de Valor é o conteúdo da categoria geográfica Território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se pretendeu mostrar neste artigo foi uma análise muito sucinta da transferência geográfica de valor e, como vimos, trabalhamos esta por meio da teoria de

dependência de Rui Mauro Marini, por ser uma das teorias que melhor emprega a categoria de transferência de valor, exposta por Marx no livro III.

Desta maneira concebemos a transferência geográfica de valor como a unidade dialética que se executa na relação entre estado-capital-trabalho. Entendemos que assim como existem capitais com composições orgânicas diferenciadas, esses capitais se alocam nos territórios, que por sua vez passam a compor o grau de produtividade dos mesmos (territórios).

Se a relação de apropriação do espaço geográfico se dá por meio da transferência geográfica de valor, esta é conteúdo da categoria geográfica território, nesta época social e histórica chamada capitalista e a dependência é só uma forma como se apresenta. A dialética do território exposta neste artigo permite identificar outras formas de manifestação, por exemplo, o patrimônio como a nova mercadoria, entendendo este como um duto de transferência geográfica de valor.

Esta análise é produto de uma indagação teórica entre as distintas teorias do Imperialismo, do Desenvolvimento Geográfico Desigual, das Migrações no Subimperialismo e a Gestão Social do Desenvolvimento Local, áreas científicas e de estudo nas quais, nós, os autores, desenvolvemos nossas análises e reflexões.

REFERENCIAS

- CARNANHOLO, M. D. Teoria de Valor *In*: Org. CARNANHOLO, M. D. **Curso livre de Marx - Engels 2017**. Niterói: Canal NIEP-Marx, 27 jun. 2017, Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=w83XfkukW38>. Acesso em: 03 fev. 2021
- COLISTETE, R. P. O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 15, n. 41, p. 21-34, abr. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000100004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 03 fev. 2021.
- EMMANUEL, A. El intercambio desigual. *In*: AMIN, S. et. al. **Imperialismo y comercio internacional**: el intercambio desigual. Cidade do México: Siglo XXI, 1990. p. 27-64.
- GUNDER FRANK, A. **World Accumulation**: 1492-1789. Nova York: Monthly Review Press. 1978.
- HILFERDING, R. **O Capital Financeiro**. Tradução de Reinaldo Mestrinel. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- LEITE, L. M. **O capital no mundo e o mundo do capital**: uma reinterpretação do imperialismo a partir da teoria do valor de Marx. 2016. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, p. 336, 2016.
- LENIN, V. I. **O Imperialismo**: fase superior do capitalismo. Tradução de Leila Prado. 4. ed. São Paulo: Centauro, 2008.
- MANDEL, E. **O Capitalismo tardio**. 1. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARINI, R. M. Dialética da dependência. *In*: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (Orgs.).

Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 137-180

MARINI, R. M. Dialéctica de la dependencia. *In*: MARINI, R.M, **América Latina, dependencia y globalización.** Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 1973. p. 107 - 149.

MARINI, R. M. **Subdesarrollo y revolución.** Mexico: Siglo Ventiuno Editores, 1977.

MARX, K. **O capital:** crítica da economia política. Livro I. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017a.

MARX, K. **O capital:** crítica da economia política. Livro II. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017b.

MARX, K. **O capital:** crítica da economia política. Livro III. 1. ed. Rio de Janeiro: Boitempo, 2017c.

MARX, K. **Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel.** 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

WOOD, E. M. **O império do capital.** São Paulo: Boitempo, 2014.